

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LARISSA ABRÃO GUIMARÃES

**LIVRO-REPORTAGEM SOBRE AS NOVAS FAMÍLIAS FORMADAS PELA  
ADOÇÃO**

CURITIBA

2018

LARISSA ABRÃO GUIMARÃES

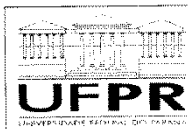
**LIVRO-REPORTAGEM SOBRE AS NOVAS FAMÍLIAS FORMADAS PELA  
ADOÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo do Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Myrian Del Vecchio

CURITIBA

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ORAL  
DO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

NOME DO ALUNO(A): **LARISSA ABRÃO GUIMARÃES**

TÍTULO: **Livro reportagem sobre as novas famílias formadas pela adoção.**

**LOCAL E DATA DA APRESENTAÇÃO ORAL:**

Sede do Departamento de Comunicação Social da UFPR,  
realizada na sala 04, no dia 11/12/18, às 17h00.

BANCA EXAMINADORA – PROFESSORES	NOTA
MYRIAN REGINA DEL VECCHIO (orientadora)	100
JOSÉ CARLOS FERNANDES	100
ROSA MARIA DALLA COSTA (convidada)	100
<b>MÉDIA FINAL:</b>	100

BANCA EXAMINADORA	ASSINATURA
MYRIAN REGINA DEL VECCHIO	
JOSÉ CARLOS FERNANDES	
ROSA MARIA DALLA COSTA	

Curitiba, 11 de dezembro de 2018.

À minha mãe, avó e tia pela escolha que fizeram há 23 anos, permitindo a minha entrada em suas vidas.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família por terem me escolhido para compartilhar suas dores e amores nessa vida.

Aos mestres, Myrian Del Vecchio e José Carlos Fernandes, que durante esses quatro anos de graduação e no presente trabalho foram essenciais.

À minhas duas amigas, Janyne Leonardi e Mariana Wiedmer, pela compreensão e auxílio na produção do livro-reportagem. Sem vocês nada seria possível.

Aos colegas e amigos que durante toda a minha trajetória universitária foram fonte de apoio e aprendizado diário.

## **RESUMO**

O projeto propõe um livro-reportagem sobre filhos adotivos em novas constituições familiares. Pressupõe-se que a imagem da adoção como atitude altruísta revela a desinformação sobre o tema; e que as novas famílias formadas por mães solo e casais homoafetivos estão sendo construídas, inclusive por meio da adoção, acompanhadas dos preconceitos pela divergência do núcleo familiar tradicional. Diante disso, aparece uma dupla problemática do filho adotivo dentro de uma família considerada não tradicional, vista sob um olhar julgador da sociedade. Além do estudo teórico e do contexto social e cultural sobre a problemática da adoção relacionada com famílias não tradicionais, pretende-se elaborar uma grande reportagem no formato de livro, para informar a sociedade sobre o processo de adoção; salientar a visão de especialistas em relação ao tema; além de, compartilhar histórias de famílias monoparentais ou de casais homoafetivos sobre essa relação de amor, escolha e gratidão.

Palavras-chave: Adoção; Família; Casais Homoafetivos; Monoparentais; Livro-Reportagem.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2 A ADOÇÃO COMO CONTEÚDO</b>	<b>11</b>
2.1 Um breve histórico.....	11
2.2 A lei da adoção.....	13
2.3 O que é família? .....	16
2.4 Adoção Monoparental .....	19
2.5 Adoção Homoafetiva .....	21
2.6 Adoção contemporânea na mídia ficcional .....	24
<b>3 O LIVRO-REPORTAGEM COMO MEIO</b> .....	<b>27</b>
3.1 O tema adoção contemporânea no jornalismo .....	27
3.2 O LIVRO-REPORTAGEM .....	29
3.3 Classificação dos livros-reportagem .....	31
3.4 Livro-reportagem, Jornalismo Literário, <i>New Journalism</i> .....	33
3.5 Por que um livro-reportagem? .....	36
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	<b>38</b>
4.1 DETALHAMENTO DO PRODUTO.....	40
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	<b>43</b>
<b>6 REFERÊNCIAS</b> .....	<b>45</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A adoção é uma prática milenar. Até o livro mais conhecido do mundo, a Bíblia, faz menção a ela no Livro do Êxodo, com a história de Moisés. O hebreu é colocado no Rio Nilo e encontrado pela filha do faraó, que o adota, criando o menino na corte egípcia. Mesmo que a adoção aconteça há tempos, aqui no Brasil, assim como em algumas outras partes do mundo, continua sendo um tabu.

Para falar do tema, é preciso associar o ato da adoção a uma herança cultural, na qual adotar significava cuidar de uma criança abandonada ou necessitada. A outra opção, surgia quando o casal era infértil e precisava adotar uma criança para constituir uma família. Tais conceitos formaram o mito da criança adotada ser o “filho de criação”, um membro agregado à família.

A prática também tem uma lógica única no Brasil: a “adoção à brasileira”. Até os anos 1980, cerca de 90% das crianças adotadas eram registradas diretamente no cartório, sem passar pelos trâmites legais. O Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 1990, que normalizou grande parte das leis em relação ao assunto, proíbe a prática. Mas a “adoção à brasileira”, muitas vezes, é realizada como forma de omitir a adoção por vergonha ou preconceito da família que adota, segundo Dutra e Maux (2010, p. 359).

O passo a passo para adotar uma criança ou adolescente no país pode ser acessado pelo site do Conselho Nacional de Justiça. Entre as obrigações, quem vai adotar precisa ser maior de 18 anos e ter a diferença mínima de 16 anos em relação à idade da criança. O pretendente pode ser solteiro(a), viúvo(a) ou manter união estável — casais homoafetivos ainda não estão incluídos diretamente na lei, mas podem adotar. O processo de adoção passa por diversas fases: reunião de documentos; petição para início do processo de inscrição; curso e avaliação; certificado de habilitação; e, aprovação no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). O cadastro é utilizado para que os juízes das Varas da Infância e da Juventude conduzam o processo de adoção da melhor forma possível. Em 2016, 1.226 crianças e adolescentes encontraram um lar por meio do CNA, no ano seguinte houve um aumento, foram 1.716 adoções no Brasil.

Durante esse processo burocrático, emerge também a escolha do perfil da criança procurada pelos futuros pais. Especialistas julgam que o perfil procurado é



idealizado: crianças brancas e menores de quatro anos. Assim, a conta do CNA não fecha. São 9.134 crianças e adolescentes para quase 45 mil interessados em adotar, segundo dados de outubro de 2018. Mesmo que os cálculos teoricamente fechem, o perfil procurado não é compatível com as crianças e adolescentes que esperam nos abrigos.

A legislação da adoção acompanha as mudanças da sociedade, dentre elas, a formação de novas famílias por casais homoafetivos ou monoparentais (só a mãe ou só o pai), aqui tratadas como não-tradicionais ou contemporâneas. Fora do conceito convencional, da formação familiar com a figura do pai e da mãe juntos, estes novos núcleos familiares encontram na adoção uma forma de construir uma família, mesmo que sejam vistos com preconceito pela sociedade ainda marcada pelo patriarcado.

A adoção e as novas constituições familiares fazem parte do perfil da sociedade atual e a escolha para essa temática ser estudada e explorada neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Jornalismo, parte de uma motivação pessoal da graduanda sobre filiações adotivas, aliada à curiosidade e ao interesse em desconstruir o tabu que cerca o assunto. Especialmente no Brasil, que carrega uma forte herança cultural baseada em mitos e preconceitos, a adoção é construída pela imagem de constituir um artifício para crianças abandonadas ou necessitadas serem inseridas em uma família. A partir disso, surge a questão de quem são essas novas famílias contemporâneas ou não-tradicionais formadas pela adoção?

Como uma criança adotada em uma família monoparental, sempre tive uma vontade pessoal de defender a naturalização da adoção e do adotado no núcleo familiar, além de dar visibilidade à constituição familiar não-tradicional. Assim, este trabalho de pesquisa jornalística traz consigo a ideia de que a noção de família está atrelada à construção de um lar com relações saudáveis, com amor e respeito, independente das noções de genética ou de tradições culturais conservadoras.

Na área do jornalismo, a adoção enfrenta o desconhecimento do público em relação aos detalhes do seu processo burocrático. Em 2008, a Associação dos Magistrados Brasileiros constatou em pesquisa que cerca de 66% dos participantes recorreriam a hospitais ou abrigos para adotar uma criança. A relevância de discutir a adoção em um plano geral vem do desconhecimento do processo legal para adotar uma criança ou adolescente. Portanto, a informação bem produzida em relação ao assunto é necessária para esclarecer tal trâmite, assim como a

divulgação de um discurso sobre a desmistificação do filho adotado, baseado em especialistas que possam informar e refletir sobre a construção social desse novo integrante em uma família e suas implicações.

O recorte específico aqui buscado, o da adoção no âmbito de famílias homoafetivas e monoparentais, evidencia a presença dessas famílias que não podem mais ser negadas na sociedade atual. É importante mostrar que existem famílias com duas mães, dois pais, com somente mãe ou somente pai; a sua existência não pode ser invisibilizada, muito menos a sua importância como núcleo familiar.

Por fim, o trabalho ainda se justifica por não existirem muitos estudos acadêmicos sobre o assunto na área de comunicação e jornalismo. Para produzir esse material de forma mais acessível, de forma a permitir contar de histórias de personagens em profundidade, a opção do livro-reportagem foi a mais efetiva. Baseada em pesquisas e entrevistas, a forma jornalística de se contar uma história permite o equilíbrio entre a divulgação de informação, com base na legislação e nos aspectos sociais e culturais relacionados à adoção; e, a busca pela empatia do leitor, por meio das narrações de histórias feitas marcadas pela sensibilidade necessária de personagens que encontraram na adoção a forma de construir sua família.

Portanto, o *objetivo geral* deste trabalho é a produção de um livro-reportagem sobre adoção monoparental e homoafetiva como trabalho de conclusão de curso. Aliado a isso, como produção integrada ao curso de jornalismo, é sua função a retribuição para a sociedade, no caso, pela construção de informações sobre a questão e municiamento de informações sobre o tema. Conhecer as novas famílias formadas pela adoção, como as monoparentais e homoafetivas; esclarecer o processo burocrático de adoção regido pela legislação brasileira; discutir a unidade familiar tradicional com ênfase no aparecimento de novas famílias construídas pela adoção; e, principalmente, contar histórias de famílias inseridas nesta situação fazem parte dos *objetivos específicos* deste trabalho.

Para a realização do livro-reportagem, foram consultadas as pesquisas presentes neste memorial teórico como ponto de partida; logo depois, realizaram-se a apuração jornalística e a busca de fontes especialistas, como advogados e psicólogos; além de personagens que contribuíram para a narrativa da reportagem. A proposta foi a de construir o livro seguindo a linha de um processo de adoção

legal, mesclando as histórias dos personagens e a voz dos especialistas, a partir do desejo de adotar até a formação da nova família com a chegada do filho ou filha.

Para tanto, o primeiro capítulo, contextual, busca trazer a adoção como meio formador de famílias não-tradicionais ou contemporâneas, como de pais ou mães homoafetivos e monoparentais. O tema adoção é apresentado a partir da pesquisa de seus diferentes aspectos: histórico; legislativo; de construção social; por meio de recortes específicos de adoção homoafetiva e monoparental; e, pela abordagem midiática. As pesquisas buscam desconstruir o preconceito enraizado na adoção, com a perspectiva de que a família é uma construção cultural e não, necessariamente, biológica, também chamada de natural.

No capítulo 2, teórico, tratou-se de conceituar o livro-reportagem, suporte escolhido para o produto, mas ao mesmo tempo considerado um gênero complexo do jornalismo. O capítulo discorre sobre as modalidades do livro-reportagem, destacando as principais referências teóricas e suas características, funções e relações com o jornalismo literário. Também apresenta uma breve análise de reportagens sobre o tema adoção já veiculadas na mídia, que servem como referência para embasar a produção do livro-reportagem proposto.

A seguir, no capítulo 3, descreveu-se o percorrer metodológico e apresentou-se o planejamento do livro-reportagem.

Ao final da elaboração teórica e prática deste TCC, pode-se concluir que o jornalismo é uma prática que instrui e informa, se fazendo cada vez mais essencial na pauta das minorias ou daqueles que estão à margem da sociedade, ou melhor, do padrão instituído.

## 2 A ADOÇÃO COMO CONTEÚDO

### 2.1 Um breve histórico

Como já dito na Introdução, a adoção é uma prática milenar que ocorreu durante toda a história social humana, mas com propósitos diferentes. Hoje, a adoção é vista como forma de uma criança ser incluída em um núcleo familiar, com o protagonismo situado no bem-estar da criança ou adolescente. Porém, historicamente, é possível observar uma lógica inversa.

Paiva (2004, p. 31) produz um resgate da história das adoções que parte do Egito Antigo, incluindo a saga bíblica de Moisés. A adoção de crianças naquele tempo não era incomum, havendo inclusive uma prática semelhante à adoção que era utilizada como maneira de fortalecer o trono egípcio. A escolha de um faraó era resultado de uma longa preparação, e jovens considerados promissores na escola podiam ser “adotados” pela Casa Real e, se bem-sucedidos, poderiam vir a ser o próximo faraó.

Na Antiguidade clássica também existiram relatos sobre adoção: em Roma e na Grécia a prática estava ligada à perpetuação do culto doméstico. Esse conjunto de práticas religiosas específicas de cada família eram hereditárias, passando para os filhos homens e assim por diante. As famílias sem filhos, para não terem suas práticas extintas, procuravam outras alternativas, entre elas a adoção. Para romanos e gregos a perpetuação do culto da família era mais importante do que os laços sanguíneos. Mas, novamente, o objetivo não era dar um lar para uma criança, mas atender as necessidades de uma família.

A literatura grega também abordou o assunto. Mesmo que não sendo o ponto central da história, a adoção está presente no clássico *Édipo Rei*. O protagonista da tragédia de Sófocles, Édipo, fora adotado por Políbio e Merope depois de abandonado pelos pais biológicos. Édipo cresce sem conhecer sua verdadeira história, mas ao se encontrar com o oráculo, lhe é revelada a profecia que mataria seu pai e se casaria com sua mãe. Desesperado, o protagonista foge e no caminho para Tebas, Édipo mata Laio, seu pai biológico, e posteriormente casa-se com sua mãe Jocasta, tornando-se o rei. É concretizada a profecia do oráculo. A história, além de ser um clássico grego, rendeu o entendimento do Complexo de Édipo na teoria desenvolvida por Sigmund Freud.

Paiva (2004, p. 38) relata que durante a Idade Média a adoção caiu em desuso por conta da falta de reconhecimento no direito canônico, aquele relativo às leis da Igreja. Esta temia que com a adoção, filhos frutos de incesto e adultério se tornariam legítimos.

Sem leis que nortegassem a adoção, foram criadas as Rodas de Expostos ou enjeitados, durante a Idade Média. No Brasil, a primeira roda foi instalada em Salvador (BA); mais tarde, foram criadas em outras capitais, geralmente junto às Santas Casas de Misericórdia. O instrumento de madeira com dois cilindros giratórios, permitia o sigilo de quem estava deixando o bebê na roda, evitando que as crianças ficassem expostas e sujeitas ao infanticídio, segundo Nascimento (2007, p. 71).

Essas práticas informais, de acordo com Paiva (2004, p. 50-51), fazem parte do contexto da realidade brasileira, na qual as famílias têm o hábito de adotar sem documentos, a chamada “adoção à brasileira”. Nos tempos coloniais, a adoção estava muito ligada à prática da caridade e, não raro, os adotados se transformavam em mão de obra barata para as famílias abastadas que os criavam. Tal contexto popularizou o termo “filhos de criação”.

A adoção ilegal segue sendo comum: as pesquisas de Weber<sup>1</sup> (2001) citada por DUTRA e MAUX (2010) registraram que aproximadamente 90% de todas as adoções eram à brasileira, pelo menos até os anos 1980. Esta forma de adoção, registrando a criança diretamente no cartório, é proibida pela legislação vigente, mas ainda é uma opção para aqueles que consideram o Cadastro Nacional de Adoção um processo burocrático e demorado. Recorrer a “adoção à brasileira” também vem de um desconhecimento por parte da população — a Associação dos Magistrados Brasileiros constatou que 66,1% dos participantes da pesquisa adotariam por meios ilegais, como ir diretamente a hospitais e maternidades, segundo Dutra e Maux (2010, p. 359).

A realidade brasileira ainda vê os filhos adotivos, de certa forma, como “ilegítimos” por não serem biológicos — considerando que a prática da “adoção à brasileira” encobre a origem da criança, geralmente temendo-se a descoberta da adoção. Por outro lado, principalmente pela influência da psicologia, muitos especialistas entendem que os laços familiares são antes de tudo culturais:

---

<sup>1</sup> WEBER, L. N. D. **Pais e filhos por adoção no Brasil**: características, expectativas e sentimentos. Curitiba: Editora: Juruá, 2001.

Os estudos antropológicos que descrevem outras possibilidades e significados para as adoções acabavam por consolidar a concepção de que os laços familiares são ditados pela cultura e têm muito pouco a ver com os laços de sangue, assim como as relações de parentesco não são exclusivamente genealógicas, mas formadas, em grande parte, por alianças culturais. Tais estudos, ao questionarem a preponderância dos aspectos biológicos nas filiações possibilitam compreensão mais ampla do instituto da adoção. (PAIVA, 2004, p. 41).

Existem exemplos de culturas que aceitam a adoção de maneiras diferentes e mais naturalizadas. Weber (1998, p. 61-63) traz diferentes situações de como a adoção é tratada, como por exemplo, no caso da Polinésia Francesa, onde a adoção representa um gesto de amizade; e até os anos 1960 cerca de 25% das crianças do Taiti eram adotadas. Na África, o conceito é ligado às tradições: a criança pertence à sua linhagem e a adoção é uma prática relacionada ao ensinamento sobre a vida dentro do clã. Já os havaianos, veem a adoção como construção social, onde “a noção de parentesco não é ‘natural’, mas ‘cultural’” (WEBER, 1998, p. 63).

O histórico chega até os dias de hoje, considerando duas grandes etapas nesse processo: a adoção clássica e a moderna. Na ideia clássica, a adoção é uma solução para os casais que não tiveram filhos; já a moderna, procura uma família para uma criança. É a partir desse enfoque moderno que parte este trabalho.

## 2.2 A lei da adoção

A legislação acerca da adoção no Brasil passou por modificações no decorrer do tempo, muitas em resposta a demandas da sociedade, como a própria adoção monoparental (ou unilateral) e por parte de casais homoafetivos. A lei brasileira é constantemente modificada para incluir novas nuances da adoção. À Lei nº 8.069/1990, que dispõe do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram feitas inclusões e substituições, sendo a mais marcante a Lei nº 12.010 (2009), conhecida como Lei da Adoção. O essencial é que todas as crianças e adolescentes têm o mesmo direito, independente de morar com a sua família natural, adotiva ou estarem em situação institucionalizadas em abrigos.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição

que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Lei nº 13.257, 2016)

Portanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente garante o direito à convivência familiar e comunitária (WEBER, 1998, p. 65). Levando estas prerrogativas em consideração, a adoção atualmente é irrevogável; os adotantes precisam ter mais de 18 anos, independente do estado civil; e precisa ser, no mínimo, 16 anos mais velho que o adotado; o adotado é atribuído como filho, com os mesmos deveres e direitos dos filhos naturais, incluindo-se os direitos sucessórios; e, ao ser adotado, são rompidos todos os vínculos com a família natural.

A lei segue evoluindo com o tempo, já que é necessário que a legislação acompanhe as mudanças sociais. Em 1916, a primeira legislação propunha regras que condiziam com uma época de valores tradicionais, como a adoção por indivíduos com mais de 50 anos; casais que só poderiam adotar cinco anos depois do matrimônio; adotados não tinham direitos sucessórios, caso os adotantes tivessem filhos legítimos; e, não ocorria o rompimento total com a família natural. Mais de 40 anos depois, em 1957, a legislação alterou a idade mínima da adoção para 30 anos, mas a relação com a família natural permanecia presente, inclusive o adotado poderia continuar utilizando os sobrenomes dos pais biológicos juntamente com os dos adotantes.

Durante a ditadura militar brasileira, nos anos 1960 e 1970, também ocorreram novas alterações nas leis que dizem respeito à adoção, como a suspensão do tempo mínimo de casamento e a inserção da legitimação adotiva, que interrompe o vínculo com a família biológica, garantindo os mesmos direitos que os filhos biológicos, porém não direitos sucessórios. A lei de 1965 é a primeira a mencionar a adoção por viúvos e viúvas, desde que tenham mais de 35 anos, e de desquitados, desde que tenham mantido vínculo com a criança anteriormente, exigência aplicável também aos viúvos.

Na lei de 1979, com a instituição do Código de Menores, surgem somente duas formas de adoção: a adoção plena e a adoção simples. Na simples, ainda existe vínculo com a família natural e a adoção era feita por meio de uma escritura no cartório. A adoção plena rompe os vínculos com a família biológica e é irrevogável.

Mas é com a Constituição Federal Brasileira de 1988 que a adoção passa a igualar os direitos de filhos biológicos e adotivos, sem nenhuma distinção: “Os filhos,

havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação” (Art. 227, § 6º). Este caminho e conjunto de conquistas leva até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

No Brasil, são autorizadas pela lei as adoções internacionais, por pais estrangeiros; unilateral, a monoparental por homens e mulheres separados, divorciados, solteiros e viúvos; *intuitu personae*, quando os pais biológicos escolhem os adotantes; e, por familiares, com laços biológicos com o adotado (PAIVA, 2004).

Internacionalmente, a presença da adoção na lei não é recente, até mesmo no Código de Hamurabi, de 1.700 A.C., a adoção se fez presente, mesmo que sendo considerada revogável. Muitos anos mais tarde, nos séculos XVII e XVIII, códigos de nações europeias também registravam a adoção como legal, inclusive o Código Napoleônico, conforme Granato<sup>2</sup> (1996 citado por PAIVA, 2004). A adoção plena foi amplamente instituída somente depois da Segunda Guerra Mundial, muito devido à quantidade de órfãos de guerra, de acordo com Paiva (2004, p. 40), quando é criada a Declaração dos Direitos da Criança (1959).

A alteração mais recente é a da Lei 13.509/2017, inserindo no ECA que os pretendentes que incluem em seus perfis a adoção de grupos de irmãos ou crianças; ou, jovens com deficiência, doenças crônicas e necessidades específicas de saúde, têm preferência na fila de adoção. Outra alteração é o prazo máximo para avaliar a situação da criança institucionalizada ou no período de convivência — quando a criança está vivendo com a nova família, o prazo que era de seis meses passou a 90 dias. A lei também estende os direitos trabalhistas como licença-maternidade, amamentação e estabilidade provisória pós-adoção também aos pais por adoção.

A criação dessas leis são as ferramentas oficiais para garantir o processo de adoção mais efetivo para adotantes e adotados, assegurando seus direitos e deveres. O Cadastro Nacional de Adoção vem como forma de facilitar e estabilizar este processo que já foi modificado tantas vezes. É possível observar a adaptação da legislação à realidade brasileira, principalmente equiparando a família natural à adotiva.

---

<sup>2</sup> GRANATO, E.F.R. **Adoção: doutrina e prática**. Curitiba: Juruá, 2003.



### 2.3 O que é família?

O título do tópico também poderia ser “família adotiva”, já que o objetivo é discutir a construção familiar e a desmistificação da adoção. Para discutir com exatidão científica são utilizados os termos “natural” e “biológica” *versus* “adotiva” e “substituta”, no entanto, são todas famílias construídas culturalmente. “Temos por convicção e por força dos dados científicos, que a família adotiva não é artificial não, mas é tão verdadeira e legítima quanto a outra. Sua essência não é diferente, mas somente a contingência de como foi constituída.” (WEBER, 1998, p. 114).

Portanto, voltando a pergunta feita no título deste tópico, “o que é família?”, pode-se afirmar que o núcleo familiar é formado por relações de afeto, independente de seus membros terem laços biológicos ou adotivos. É a partir desse pressuposto que todo o capítulo será moldado.

Na Constituição Federal Brasileira de 1988, a família é constituída pelos pais, por qualquer um dos pais e/ou união estável. A Constituição também garante o papel da família em relação à criança e adolescente:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, 1988).

Os artigos da Constituição dão legitimidade para a formação familiar, mas o senso comum é geralmente decisivo ao considerar o que é ou não familiar — a considerada “legítima” é a família natural, biológica, constituída por descendentes que compartilham laços genéticos. Surge a questão: onde se encaixa a família adotiva? Aqui entram uma série de tabus e mitos que acabam deslegitimando estas famílias pelo senso comum.

Pesquisas elaboradas por Weber (1998); Gagno, Cornélio & Silva (1994); Weber & Cornélio (1995); Weber & Gagno (1995); ressaltaram pressupostos muito relacionados ao desconhecimento sobre o processo e sobre a própria adoção depois de efetivada por parte das pessoas. E essa falta de informação leva a medos e crendices sem nenhum embasamento científico. Dentre as formulações em relação à adoção, pode-se destacar, conforme os pesquisadores, o medo da adoção tardia;

da adoção de crianças institucionalizadas por muito tempo; da revogação da adoção; da origem da criança (relacionada aos pais biológicos); e, do desenvolvimento da criança. Outros acreditam que a adoção é um último recurso para pais sem filhos biológicos; que crianças adotadas não devem conhecer sua história para evitar problemas; que a adoção à brasileira é menos burocrática que a legal; e, que o sangue é o laço “forte e verdadeiro” (WEBER, 1998, p. 66-67).

Para iniciar a desconstrução dessa série de ideias pré-formuladas, é preciso partir de onde começa a adoção: do abandono. Paiva (2004) destaca que muito do preconceito está relacionado aos motivos dos pais abandonarem as crianças. Geralmente os fatores estão associados:

(...) à pobreza, à paternidade negada, ao adultério, à evasão do marido do lar, a desavenças ou rompimento dos pais, à morte do pai ou da mãe, a grave enfermidade da criança, à falta de apoio dos familiares e amigos, aos temores da mãe de não conseguir cuidar adequadamente do filho, à inexistência de modelos internalizados de maternagem, a uma gravidez inesperada que mobiliza sentimentos de rejeição à criança, à ausência de desejo pela maternidade, à falta de experiências familiares gratificantes na própria infância. (PAIVA, 2004, p. 54).

Segundo a autora, por meio de um viés psicanalítico, ter um filho parte de expectativas e fantasias, sendo uma questão de ordem do desejo e independente do fato dos filhos serem biológicos ou adotivos. São essas expectativas que posicionam o indivíduo no contexto familiar e social. Prosseguindo nesta ideia de imaginário, os pais adotivos que tem algum “medo” relacionado à origem da criança, esquecem que eles próprios carregam suas histórias, não somente o novo integrante da família.

Na construção de uma família, cada integrante desempenha um papel, uma função, seja de mãe, pai ou filho. Funções que vão muito além dos laços sanguíneos, pois são culturais e desempenhadas através da convivência:

Lacan, relendo a obra freudiana e criando novos conceitos psicanalíticos, enfatiza que a família não é natural, é cultural. Por isso é que ela se apresenta das mais variadas formas, de acordo com as diferentes culturas. Para ele, a família não se constitui apenas de um homem, uma mulher e filhos, ainda que casados solenemente. A família é, antes de tudo, uma estruturação, onde cada um de seus membros ocupa um lugar definido. Lugar de pai, de mãe, de filho, sem estarem necessariamente ligados biologicamente ou por qualquer ato formal. Podemos inclusive afirmar que a Lei pode atribuir uma paternidade, por exemplo, pela via do laço biológico, mas jamais conseguirá impor que o genitor se torne pai. (Paiva, 2004, p. 13).

Paiva (2004, p. 14) explica que, como todos os vínculos são construídos, os pais sempre adotam os filhos, sejam biológicos ou adotivos, para darem a eles um lugar no núcleo familiar, por meio de um processo próximo ao instinto. Estes conceitos tornam a construção de uma família, seja por adoção ou não, muito semelhantes. “O amor de uma família adotiva é construído da mesma forma que de uma família biológica; não é ter o mesmo sangue que vai garantir o amor nem o sucesso dessa relação” (WEBER, 1998, p. 102).

Estudos demonstram que o que leva alguém a adotar, geralmente, são os mesmos motivos que leva alguém a ter filhos biológicos. O objetivo, segundo Weber (1998, p. 91), é dar e receber amor, ter um filho. Muitos pais adotivos ressaltam as características positivas de seus filhos como: facilidade na aprendizagem e no relacionamento; e, que o amor por filhos biológicos e adotivos é igual. Já os filhos adotivos, a maioria não conhece seus pais biológicos e nem tem interesse em os conhecer — mesmo que este direito seja assegurado pela lei, sendo direito do filho adotivo descobrir sua origem. A maioria também sempre soube que era adotada e que não passou pelo “trauma” da revelação. Weber (1998, p. 92) constatou que aqueles que descobriram a adoção depois dos seis anos guardam memórias problemáticas sobre o assunto.

O consenso entre os pesquisadores da área é que sempre deve ser revelada a adoção para as crianças, apesar de não haver uma unanimidade em relação a idade exata. Paiva (2004, p.118-119), por meio dos atendimentos feitos com famílias adotivas, concluiu que a revelação bem-sucedida ocorre durante o crescimento da criança. É fato que conhecer a sua própria história é indispensável à formação pessoal, por isso, a disponibilidade dos pais em responder os questionamentos dos filhos desde sempre traz resultados positivos, inclusive o fortalecimento da relação familiar. Entretanto, esse caminho honesto também depende da aceitação da questão pelos pais: quanto mais natural, sem receios e culpas, melhor é o vínculo de cumplicidade.

Ser parecido com o pai ou com a mãe biológica, é algo comum de ser dito entre familiares com laços de sangue. Contudo, os vínculos podem ser de tanta intensidade entre pais e filhos adotivos, que estes, segundo Weber (1998, p. 116), podem adquirir aspectos de identificação dos pais adotivos, como a forma de caminhar ou o jeito de falar. Novamente, existem mais semelhanças do que diferenças entre laços adotivos e biológicos.

Ao contrário do que é veiculado no senso comum, os filhos adotivos sentem-se felizes e constroem uma verdadeira vinculação afetiva com seus pais. Berthoud (1992), mostra em sua dissertação de mestrado que 80% das crianças adotadas, observadas em sua amostra, exibiram apego seguro, contra 20% exibindo apego inseguro; este índice é equivalente ao índice observado em filhos biológicos (...) (WEBER, 1998, p. 96).

Uma curiosidade ocorre em relação aos sobrenomes, que são um sinal de reconhecimento social, trazendo a ideia de hereditariedade, de herança, de transmissão para uma nova geração (WEBER, 1998, p. 56). Portanto, o sobrenome indica pertencer a uma história.

Dutra e Maux (2010, p. 369) ressaltam que a adoção segue sob um véu de insegurança e legitimidade, pautados ainda sob a ideia dos laços de sangue serem indissolúveis e da possibilidade da criança se tornar problemática. Para Weber (1998, p. 67), o esclarecimento destes conceitos vem por meio da informação, por meio de campanhas ou publicações, mesmo que alguns conceitos precisem de tempo para serem desconstruídos.

## 2.4 Adoção Monoparental

O termo família monoparental é um neologismo criado para explicar a existência de famílias centradas em uma mulher ou homem com descendência. Tal termo define núcleos familiares diversos formados pela iniciativa de formar uma família sem um parceiro; pelo abandono ou falecimento de um dos cônjuges; pelo celibato; e, pelo divórcio ou separação (SANTOS e SANTOS, 2008-2009). No caso específico das mulheres, outros fatores também são explicitados, como a entrada no mercado de trabalho e o surgimento de métodos contraceptivos.

A adoção por parte de indivíduos solteiros ou viúvos foi contemplada por meio do ECA, de 1990, que estabeleceu em definitivo este direito, possibilitando a formação de famílias monoparentais.

Atualmente, não existem dados exatos sobre quantas crianças são adotadas por homens e mulheres considerados solteiros, porém existem dados de quantas famílias brasileiras são chefiadas por mulheres (não especificando se com filhos adotivos ou solteiros). Em 1991, mais de 18% dos domicílios brasileiros eram chefiados por mulheres — o número cresceu para 38,7%, de acordo com o estudo de Mulheres Chefes de Família no Brasil (2018) e do último Censo Nacional do IBGE

em 2010. Estes percentuais deixam claro que existem muitas famílias consideradas monoparentais no Brasil, sendo o recorte de adoção só uma das formas de estudar esse contexto tão diverso.

Os estudos e pesquisas que abordam a maternidade monoparental feminina são mais frequentes do que a masculina, portanto, este subcapítulo dará atenção especial e abordará pesquisas referentes à monoparentalidade feminina para elucidar os casos de adoção neste caso específico. Este recorte no interior de outro recorte, também traz especificidades, como a ideia, de senso comum, da mulher nascer para ser mãe e a discussão sobre o novo termo “mãe solo” e “mãe solteira por escolha” (*solo mother* ou *single mother by choice*). Estas discussões não serão aprofundadas, já que o foco é na adoção por parte dessas mulheres.

Esta forma de monoparentalidade também convive com desafios impostos, como dificuldade do reconhecimento pela sociedade; preconceitos e estigmas sociais em relação à maternidade solteira; além do reconhecimento profissional (tópico recorrente quando se fala em maternidade) e da questão econômica (ANTONIAZZI, LEÃO, PAULI, PORTA, SIQUEIRA, 2017). A questão traz à tona uma dupla problemática: a mulher sem marido ter um filho e a criança ser adotada carregando consigo todos os clichês já tratados no subcapítulo anterior.

Levy (2002) elaborou uma pesquisa considerando somente famílias monoparentais de mulheres que adotaram, para avaliar o perfil da adotante e suas motivações, em parceria com a PUCRJ e a 1ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro. No estudo foram estabelecidas categorias que poderiam explicitar os fatores que levaram à adoção, com a possibilidade de coexistência, foram eles: o desejo de ser mãe e foco na realização profissional; desejo de ser mãe articulado ao binômio cuidar e/ou ser cuidada; desejo de ser mãe articulado ao casamento com homem mais velho; desejo de ampliar a família; medo da solidão e realização profissional; medo da solidão, articulado ao binômio cuidar e/ou ser cuidada; medo da solidão e casamento com homem mais velho; medo da solidão e desejo de ampliar a família.

Devido a essa diversidade de motivações e à ausência da figura paterna, seria comum supor que as crianças adotadas nesta situação teriam uma criação desestruturada. Pelo contrário, os pesquisadores observaram nos relatos que comparadas às famílias heteronormativas não existiam garantias de que a criação das crianças seria melhor ou pior.

Em outra pesquisa, também de Levy (2009), com 20 casais e com 20 pessoas viúvas, solteiras e divorciadas, observou-se êxito em famílias formadas de tal forma:

Nas primeiras entrevistas realizadas, algumas dificuldades percebidas no grupo dos solteiros, viúvos e divorciados nos levaram a suspeitar de um prejuízo maior para as crianças por eles adotadas. Com o decorrer das entrevistas e reavaliando o material obtido, apesar de essa hipótese não ter se sustentado, verificamos a necessidade de existirem outras pessoas incidindo na relação e funcionando como anteparo diante dos desejos de fusão da criança e do sujeito que desempenha a função materna. Em trabalho anterior (Levy & Pinho, 2004), observamos a importância de uma rede de apoio social nos casos de adoções monoparentais; ou seja, a presença de sistemas e de pessoas significativas com as quais a criança mantenha relações afetivas, e o apoio dado ao adotante por familiares, amigos, vizinhos e pela comunidade em geral. (LEVY, 2009, p.52).

Neste contexto entra o papel essencial das redes de apoio, das famílias extensas, formadas por outros familiares, vizinhos, amigos, entre outros. O apoio e segurança transmitem a sensação de acolhimento, permitindo até mesmo a ratificação da filiação e legitimação do adotante.

O apoio dado pela família extensa, por amigos, vizinhos, enfim, pela comunidade em geral, é fundamental tanto para a inserção da criança em sua nova família como para acolher o adotante e ajudá-lo a elaborar suas incertezas. Ao contar com a rede social, o adotante oferece possibilidades de crescimento e outros modelos de identificação a seu filho. No caso de famílias monoparentais, as redes muitas vezes funcionam suprimindo em parte as funções da figura parental ausente. (LEVY, 2009, p. 56).

A conclusão, por parte dos pesquisadores, é que as famílias monoparentais apesar de sua construção diferente, não apresentam diferenças comparadas a outras, nem consequências psicológicas negativas, pois a forma que a família é estruturada não é unicamente determinante (ANTONIAZZI, LEÃO, PAULI, PORTA, SIQUEIRA; 2017). Os desafios encarados, principalmente pela monoparentalidade feminina, estão concentrados na necessidade de “provar” que são capazes de serem boas mães e boas profissionais, e exigem um acompanhamento seja pelas redes de apoio seja por psicólogos, de acordo com os especialistas.

## 2.5 Adoção Homoafetiva

Antes de falar diretamente sobre a adoção homoafetiva, é preciso ressaltar a evolução legislativa brasileira ao reconhecer a união entre casais homossexuais. Em 2011, a decisão do Supremo Tribunal Federal com a Arguição de Descumprimento

de Preceito Fundamental (ADPF) 132/RJ e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.277, tornou a união homossexual e heterossexual equiparadas pela lei, inclusive no processo de adoção.

Segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mais de 19 mil casais homoafetivos registraram seus casamentos em cartório de 2013 até 2016. A quantidade de casamentos entre pessoas do mesmo gênero aumentou 10% no ano seguinte, enquanto os casamentos civis diminuíram no geral. Com a conquista para a comunidade LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais +), os casais puderam entrar no sistema de adoção juntos, diferente do que acontecia antes, quando era comum ingressar no processo na modalidade unilateral com o objetivo de adotar sem esbarrar em preconceitos (CASTILHO, 2016, p. 27).

Hoje, é possível registrar uma criança com o nome do casal homoafetivo que a adotou, porém, Castilho (2016, p. 33) considera a legislação ainda omissa, não favorecendo, mas também não proibindo a adoção de casais com o mesmo sexo. Com isso, as interpretações podem ser diversas, as lacunas podem abrir brechas contrárias à adoção homoafetiva, mesmo que tal atitude seja menos comum.

O preconceito manifestou-se, inclusive, diante de projetos de lei, como por exemplo a PL nº 7018/2010; PL nº 620/2015; e, PL nº 6583/13, todos contrários à adoção por homossexuais e a favor da concepção tradicional de família, constituída pelo homem e pela mulher (CASTILHO, 2016, p. 20). Além disso, propondo a deslegitimação não só da adoção, mas da união homoafetiva.

Diante disso, os homossexuais possuem seus direitos, porém na prática tais direitos ainda precisam ser conquistados diariamente em uma sociedade que permanece marcada pelo preconceito e pressupostos em relação à adoção homoafetiva. Tais pressupostos se ancoram no senso comum, sem comprovação científica, como demonstrou o Relatório de Evidência Científica Psicológica sobre Relações Familiares e Desenvolvimento Infantil nas Famílias Homoparentais (2016) da Ordem dos Psicólogos de Portugal.

No estudo foram encontradas “preocupações” das pessoas em relação à criação de uma criança por homossexuais: se eles seriam bons pais; se o padrão de vida dos pais seria compatível com a criação de uma criança; se o filho não precisa da presença do pai e da mãe; se as próprias crianças não se tornariam homossexuais; se os pais não seriam molestadores; se não seria melhor as crianças seguirem institucionalizadas; e, se os estudos sobre o assunto seriam confiáveis.

As respostas que a Ordem dos Psicólogos (2016, p. 7) encontraram foram baseadas em uma série de estudos e pesquisas com casais homoafetivos — um adendo a ser observado é que a maioria das pesquisas envolvia casais lésbicos. Os resultados encerram esses tabus e preconceitos ligados à criação de crianças por homossexuais, como: a orientação sexual dos pais não tem ligação direta com a competência parental; os homossexuais também estabelecem relações de afeto duradouras e estáveis, tal como casais heterossexuais; o essencial na relação entre pais e filhos é a qualidade, não a orientação do casal; a orientação sexual das crianças não depende da orientação parental; é menos provável o abuso de crianças cujos pais são homossexuais; e, o desenvolvimento de crianças dentro de um lar é mais vantajoso para elas do que em uma instituição. As pesquisas levam em consideração tanto a comparação com casais heterossexuais quanto específicas aos casais homossexuais:

(...) de acordo com Patterson (2006) os resultados das investigações sugerem que a orientação sexual parental é menos importante do que a qualidade das relações familiares. Mais importante para as crianças do que o género dos pais é a qualidade das interações diárias e a força das relações entre os pais. No que diz respeito à diferença entre géneros, a criança poderá construir uma noção desta diferença entre os sexos através das suas relações sociais alargadas, uma vez que os modelos de feminino e masculino não se restringem apenas às figuras físicas de pai e de mãe. (Relatório de Evidência Científica Psicológica sobre Relações Familiares e Desenvolvimento Infantil nas Famílias Homoparentais, 2013, p. 12).

Diante de tantos pressupostos, é provável que o preconceito exterior ao núcleo familiar exista. Afinal, a homofobia e a transfobia são reais no cotidiano do brasileiro. Em 2017, foram 445 LGBTQ+ vítimas da homotransfobia no Brasil, 30% a mais do que em 2016, segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB)<sup>3</sup>. Porém, segundo o Relatório da Ordem dos Psicólogos (2016, p. 17), o preconceito não impede necessariamente que a criação e o desenvolvimento da criança seja prejudicado, principalmente em um lar com relações positivas e saudáveis.

Por fim, as ideias pré-concebidas sobre a criação de crianças por casais homossexuais não têm respaldo científico. O consenso entre os profissionais é claro no relatório:

(...) existe um consenso nos profissionais e investigadores da saúde mental: a homossexualidade é uma expressão adequada da sexualidade humana e

<sup>3</sup> Veja mais em: <https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-e-o-pais-mais-perigoso-para-homossexuais-diz-nyt/>



não coloca obstáculos a uma vida feliz, saudável e produtiva; os homossexuais funcionam saudavelmente nas suas relações interpessoais e na sua participação nas instituições sociais. (Relatório de Evidência Científica Psicológica sobre Relações Familiares e Desenvolvimento Infantil nas Famílias Homoparentais, 2013, p. 17)

Ao relacionar a questão das uniões homoafetivas com a adoção, para a constituição de uma família homoparental, ocorre, do ponto de vista social, em especial em países conservadores como o Brasil, uma dupla problemática que envolve os filhos adotados, geralmente vistos como “crianças problema”; e, os pais homossexuais, trazendo consigo uma série de preconceitos por conta da orientação sexual. O âmago da questão não é somente desconstruir isto, mas demonstrar que a relação afetiva é o fator determinante para um lar saudável.

## 2.6 Adoção contemporânea na mídia ficcional

A arte imita a vida e a vida imita a arte. A ficção tem o poder de pautar a sociedade, no caso, trazer temas que permeiam o cotidiano da sociedade de uma forma natural. A adoção por famílias monoparentais e homoafetivas já foram foco de diferentes maneiras pela ficção. Neste trabalho que se situa na área de Comunicação, apresentam-se casos de ficção seriada: uma novela e três séries.

No Brasil, Ayres (2016) relembra algumas novelas brasileiras que abordaram o tema adoção, como *Páginas da vida* (2006/2007), *Cheias de charme* (2012), *Salve Jorge* (2012/2013), *Amor à vida* (2013/2014), entre outras. Esta última traz uma situação específica que se adequa a adoção contemporânea.

*Amor à Vida* foi transmitida no horário nobre da Rede Globo, escrita por Walcyr Carrasco, sendo um dos temas tratados o desejo de um casal homossexual, Niko e Eron, de construir uma família. A primeira opção do casal foi a fertilização assistida ou barriga de aluguel; mais tarde, impasses em relação ao processo, levaram o casal a decidir pela adoção. Niko e Eron procuram a Vara da Infância, da Juventude e do Idoso para adotar uma criança sem preferência de raça e idade. Os dois conhecem Jayme, menino de 7 anos e negro, portanto, fora do “padrão” procurado, ainda no abrigo para menores e, ao se encantarem por ele, decidem adotá-lo. Durante a trama, recebem a guarda provisória da criança, mas com a separação do casal, ele retorna ao abrigo. No final, Niko decide adotar Jayme sozinho, caracterizando uma adoção monoparental.

Ao lançar um olhar sobre a mídia americana, que traz a temática LGBTQ+ com maior frequência e de forma mais naturalizada, destaca-se a série televisiva *The Fosters* (2013-2018) do canal Freeform contempla a adoção homoafetiva. No início da trama, o casal lésbico Stef (branca) e Lena (negra) são mães de Brandon, filho biológico de Stef; e de Mariana e Jesus, gêmeos de origem latina adotados por ambas. Logo no primeiro episódio da série, Callie e seu irmão Jude ficam sob a guarda de Stef e Lena e, posteriormente, os dois são adotados pelo casal. Em inglês, o termo “fostering” é quando um menor fica em uma casa temporária ou sob a guarda de um “cuidador”. Na trama, também é o sobrenome da família, formada por quatro filhos adotivos (Mariana, Jesus, Callie e Jude).

Antes mesmo de ser lançada, a série foi alvo de um grupo anti-gay nos Estados Unidos, por conta do protagonismo do casal de lésbicas que constroem uma família juntas. Segundo o site *Entertainment Weekly*, o grupo afirmou que apesar da série tratar de adoção — de acordo com eles a Bíblia ensina a auxiliar os órfãos, *The Fosters* estaria buscando redefinir o casamento e a indústria do entretenimento, ao tratar a homossexualidade como aceitável. A série seguiu sendo produzida e apresentou cinco temporadas.

*The Fosters* é considerada um drama adolescente, com os embates da juventude como ponto central da narrativa. Na história, a relação homoafetiva é tratada com naturalidade e a adoção é mais um dos diversos *plots*<sup>4</sup> abordados no decorrer da série.

Outra série que retratou a adoção em seus variados *plots* foi *Glee* (2009-2015). A série americana veiculada pela Fox recebeu boas críticas nas primeiras temporadas e foi bem recebida pelo público, a partir de sua temática geral: um clube de coral formado por pessoas completamente diferentes. A protagonista da série, Rachel Berry, era filha de um casal homoafetivo e no decorrer da trama conhece sua mãe biológica, Shelby Corcoran. A vontade de contatar a filha partiu de Shelby, com o desejo de estabelecer um vínculo com Rachel, agora adolescente. Porém, apesar da aproximação, a relação entre as duas nunca chegou a ser íntima e no final da primeira temporada, Shelby segue com o desejo de ser mãe e adota sozinha Bety, filha de uma das colegas de Rachel. Apesar da adoção não ser aprofundada, a série é reconhecida por trazer *plots* como *bullying*, acessibilidade, gravidez na

---

<sup>4</sup> Os plots são arcos narrativos tratados pela série, como um relacionamento amoroso entre personagens.

adolescência, suicídio, descoberta da sexualidade, entre outros plots diversos durante sete temporadas.

Por fim, não se pode tratar de família moderna sem falar de *Modern Family* (2009-atual). A série americana de comédia traz temas como homoafetividade, divórcio e adoção, mescladas com humor dos personagens liderados pelo pai Jay Pritchett. Mitchel Pritchett, filho de Jay, e Cameron Tucker são casados na trama e no decorrer da história adotam Lily.

Estas e outras produções seriadas são exemplos do tratamento da adoção homoafetiva e monoparental pela mídia de entretenimento. Os casos mostraram o tema adoção como uma situação comum no cotidiano dos personagens e que em nada se diferencia em relação à filiação biológica.

### 3 O LIVRO-REPORTAGEM COMO MEIO

#### 3.1 O tema adoção contemporânea no jornalismo

A adoção na mídia jornalística pode aparecer de diferentes maneiras, tanto em reportagens com especialistas e personagens, apresentando um viés mais informativo/opinativo, quanto, de forma mais superficial e às vezes sensacionalista, quando celebridades optam por formar suas famílias por meio da adoção. Ambos os casos colocam a adoção em evidência, teoricamente, para desmistificar o processo adotivo e naturalizar a formação familiar constituída pela adoção.

Entre os famosos, a adoção feita por mulheres, chamada de unilateral, é a mais comum de ser vista na mídia. Angelina Jolie, atriz americana, ficou conhecida por adotar três crianças e formar uma grande família com o ex-marido Brad Pitt, mas a adoção do filho mais velho, Maddox, foi feita antes do casamento quando Jolie ainda era solteira. A cantora Madonna, mãe de dois filhos biológicos de relacionamentos anteriores, após as separações adotou quatro crianças do Malaui. Outras atrizes como Sandra Bullock, Charlize Teron, Meg Ryan e Diane Keaton, também encontraram a maternidade pela adoção. No Brasil, a jornalista Gloria Maria também adotou duas crianças, Laura e Maria, por meio do Cadastro Nacional de Adoção, seguindo todos os processos burocráticos para conseguir a guarda das meninas.

Em relação à reportagem jornalística, destacam-se entre as produções consultadas a reportagem “Adoção Tardia” do UOL Tab; “Mulheres solteiras realizam sonho de formar família por meio da adoção”, do G1 e “Maternidade Lésbica”, da Revista AzMina; os conteúdos abordam histórias de adoção com dados sobre a quantidade de pretendentes em relação ao número de crianças aptas a serem adotadas.

A grande reportagem “Adoção Tardia” produzida pela plataforma UOL TAB, em 2017, retratou seis histórias de adoção de crianças com mais de três anos de idade, caracterizando a adoção como tardia. Baseados em dados, os repórteres produziram uma matéria interativa com vídeos, gráficos, fotos e texto integrados, ressaltando o impasse do Cadastro Nacional de Adoção: a maioria das crianças institucionalizadas tem mais de três anos e a maioria dos pretendentes demonstram

interesse em adotar crianças com menos de três anos - elas são 2% do total de crianças aptas a serem adotadas.

O gancho da reportagem é a conta que não fecha no CNA, porém a matéria também chama atenção para as histórias de adoção: são elas que conduzem toda a narrativa, pois das seis famílias, metade é formada por casais homoafetivos: Leandro Souza e Marcílio Santos; Ana Claudia dos Santos e Cecília de Ávila; e, Luciana Nunes e Suzi Camey.

Leandro e Marcílio são pais de Victor e André; Ana e Cecília são mães de quatro crianças adotadas - em Minas Gerais, elas foram um dos primeiros casais homoafetivos a conseguir adotar; e, Luciana e Suzi são mães de duas crianças. Apesar de cursarem diferentes caminhos, as famílias foram construídas pela adoção e a união entre seus membros, sendo relacionamentos baseados não em laços sanguíneos, mas em relações saudáveis entre eles e elas.

Já na reportagem do portal G1 (2010), em comemoração ao Dia das Mulheres foram contadas duas histórias de adoção monoparental feminina. Na matéria também são mostradas as dificuldades que mulheres não casadas enfrentam ao criar uma criança. As histórias de Rejane e Margarida, que já haviam sido casadas e não tinham filhos biológicos, transparecem um retrato real da adoção.

Rejane adotou seu filho e enfrentou dificuldades no começo da adoção - a adaptação do filho que veio de um abrigo foi difícil, mas com a convivência a relação dos dois melhorou. Já Margarida, que não enfrentou impasses na adaptação do filho, ressalta que ser mãe solo tem suas vantagens, como não ter interferência na criação do filho; e, desvantagens, por estar sempre sobrecarregada.

Por fim, a grande reportagem da revista *AzMina* sobre Maternidade lésbica (2018) relata os meios procurados por mulheres lésbicas para se tornarem mães. A inseminação intrauterina, a fertilização *in vitro*, a inseminação caseira, a coparentalidade e a adoção foram os caminhos procurados pelas lésbicas retratadas na matéria. Ao falar diretamente da adoção, o casal entrevistado preferiu não se identificar, mas relatou que a maioria das lésbicas opta pela inseminação, sendo que a adoção continua coberta de preconceitos. O casal se cadastrou no sistema, porém ainda estava na fila e ressaltou a burocracia pela qual passaram, fruto dos problemas estruturais do Judiciário, sobrecarregado de processos.

Durante a leitura das reportagens, foram observadas variadas abordagens em relação à adoção, provando a riqueza do tema no jornalismo. As reportagens

ancoradas em personagens, buscam de uma forma mais empática desmistificar a adoção, provando sua legitimidade e naturalidade como elemento essencial na construção familiar. Além disso, salientam a importância da adoção para casais e mulheres, que sem o processo não poderiam formar suas famílias e, na maioria dos casos, realizar seus sonhos.

### 3.2 O LIVRO-REPORTAGEM

O livro-reportagem é uma mídia não periódica utilizada como suporte para uma reportagem de grande profundidade. Mas é também uma forma de se fazer jornalismo, baseado em um teor informativo/interpretativo/opinativo, no qual o autor possui liberdade para criar a narrativa a partir do seu ponto de vista e seu estilo de conduzir a história. No caso, trata-se de uma produção com liberdade específica possibilitada pelo maior tempo disponível para levantar e produzir a reportagem, pela sua extensão, se comparada às matérias do *hard news* da imprensa cotidiana; constituindo ainda uma narrativa que pode utilizar formas não padronizadas do jornalismo cotidiano em sua linguagem e estilo.

Diferentes caminhos podem levar uma reportagem a se tornar um livro, podendo ser o resultado da reunião de uma série de reportagens ou até de uma grande reportagem; ou também, ser produzido originalmente como livro (LIMA, 2004, p. 35).

A opção pelo livro-reportagem abrange a possibilidade de uma pesquisa mais aprofundada, com mais tempo para ser elaborada e maior quantidade de fontes consultadas. Tal apuração não é comum no jornalismo diário, pelo fato do livro-reportagem ser aperiódico. De acordo com Lima o livro-reportagem é conceituado como:

Veículo de comunicação jornalística não-periódica, o livro-reportagem é um produto cultural contemporâneo, bastante peculiar. De um lado, amplia o trabalho da imprensa cotidiana, como que concedendo uma espécie de sobrevida aos temas tratados pelos jornais, pelas revistas, emissoras de rádio e televisão. De outro, penetra em campos desprezados ou superficialmente tratados pelos veículos jornalísticos periódicos, recuperando para o leitor a gratificante viagem pelo conhecimento da contemporaneidade. (LIMA<sup>5</sup>, 1993 apud OLIVEIRA, 2006).

---

<sup>5</sup> LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1995.

Ao traçar características mais claras para o livro-reportagem, Lima (2004) parte do conceito de ampliação da notícia, como horizontalização, no sentido de extensão na abordagem; e, verticalização, no aprofundamento do conteúdo. Para a elaboração do livro, o autor propõe três condições: o conteúdo que atenda ao factual; a linguagem jornalística; e, a função fundamental de informar o leitor.

Dito isso, Lima complementa:

Sob esse raciocínio, é fácil compreender que o livro-reportagem, agora, como no passado, é muitas vezes fruto da inquietude do jornalista que tem algo a dizer, como profundidade, e não encontra espaço para fazê-lo no seu âmbito regular de trabalho, na imprensa cotidiana. Ou é fruto disso e (ou) de uma outra inquietude: a de procurar realizar um trabalho que lhe permita utilizar todo o seu potencial de construtor de narrativas da realidade. (LIMA, 2004, p. 33-34).

As comparações inescapáveis entre o jornalismo diário e o livro-reportagem se estendem durante a sua conceituação mesmo sabendo-se que cada modalidade cumpre uma função e um papel específico: enquanto o jornalismo informa e orienta, o livro-reportagem informa e orienta com profundidade (LIMA, 2004, p. 40). O autor ainda sugere, que o termo atualidade pode ser substituído por contemporaneidade, ao discutir as possibilidades da narrativa retomar o passado, averiguar o presente e até se lançar no futuro.

A produção de um livro-reportagem não substitui o jornalismo diário, com igual relevância. O diferencial é o tempo disponível e o resultado extenso que a grande reportagem, disposta em um livro, oferece. Belo (2006) confirma que o gênero jornalístico vem para complementar, não extinguir outros gêneros e formatos:

O livro-reportagem não substitui o jornal e a revista, pode perfeitamente ocupar os espaços deixados pelas deficiências da cobertura cotidiana – complementando-a ou fazendo o que outros meios não fazem. (BELO<sup>6</sup>, 2004 apud CRUZ, 2011).

O livro-reportagem traz o foco em um assunto específico, se transformando em uma produção extensa, que busca principalmente a qualidade. O resultado é uma história contada no formato de não ficção, termo utilizado até hoje e defendido por autores do movimento norte-americano *New Journalism* (tópico 3.3). Neste tipo de produção existe um acompanhamento dos personagens, fatos, locais, entre

---

<sup>6</sup> BELO, Eduardo. **Livro reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006.

outros aspectos que podem serem analisados; e provocar nos leitores a impressão de lerem um livro de ficção. Porém, a apuração de fatos e a investigação de detalhes estão presentes no decorrer da narrativa, características essenciais em qualquer obra jornalística, como explicita Belo:

O detalhe também demonstra o grau de empenho do jornalista na apuração e ajuda a tornar a história mais saborosa e mais crível. No livro, sem a limitação de espaço dos periódicos - ou com limites muito mais elásticos -, o detalhe não só dá consistência como também ajuda a tornar a reportagem menos “dura”: mais agradável, rica, humana e emocionante. (BELO, 2014, p. 91)

O trabalho do jornalista é dar vida a uma história que aconteceu de fato, segundo Belo, e para isso é preciso desenvolver um texto com recursos que atraiam o leitor. “O que passa emoção é o modo de contar, não os adjetivos que o escritor emprega” (BELO, 2014, p. 120). Essa atenção que o texto precisa atrair impacta o leitor de diferentes maneiras e desperta nele diferentes sentimentos, seja de revolta ou contemplação pelo conteúdo da reportagem lida.

De acordo com Lima, o catalisador do livro-reportagem é a grande-reportagem, enquanto no jornalismo diário é a própria notícia. Técnicas diferentes, mas com o objetivo original de informar o leitor sobre determinado acontecimento. Em linhas gerais, o livro-reportagem faz parte dos diversos subsistemas do jornalismo, com seu *modus operandi* e suporte específico.

### 3.3 Classificação dos livros-reportagem

Edvaldo Pereira Lima, professor da Escola de Comunicações e Artes da USP, elaborou como um dos seus principais focos de pesquisa o livro-reportagem. Em seu livro *Páginas Ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura* (2004), o autor propõe uma classificação ao levar em consideração o objetivo particular da produção e a natureza do tema retratado. É importante ressaltar que um livro pode atender mais de uma classificação, com a mescla entre os grupos sendo natural e bem-vinda, fruto da criatividade do autor da obra. Os tipos de livro-reportagem e seus exemplos são, conforme Lima (2004, p. 51):



- *Livro-reportagem-perfil*: Neste tipo de livro são retratadas as histórias de personalidades públicas ou anônimas, ressaltando o seu lado humano e o que as tornam interessantes — uma variante são os *livros-reportagem-biografia*. Exemplo: *Yeager*, de Chuck Yeager e Leo Janos, contando sobre o piloto que foi o primeiro a voar mais rápido que o som.
- *Livro-reportagem-depoimento*: Aqui um fato ou situação é reconstituído segundo o ponto de vista de um participante ou testemunha — geralmente a narrativa é no estilo *action story*. Exemplo: *Relato de um naufrago*, de Gabriel García Márquez, história que narra a queda de um marinheiro no mar e os fatos posteriores.
- *Livro-reportagem-retrato*: Um perfil de locais ou objetos de estudo ao invés de seres humanos, podendo ser um retrato de uma região geográfica ou setor da sociedade — geralmente sob o estilo *quote-story*. Exemplo: *Airport international*, de Brian Moynahan, sobre os bastidores de um aeroporto de Londres.
- *Livro-reportagem-ciência*: Tem como objetivo divulgação científica ou até de crítica ou reflexão sobre um tema relacionado com ciência. Exemplo: *Antártida*, de Luiz Oscar Matzenbacher, cujo subtítulo é *Aventuras e Realidade de um Continente Ameaçado*.
- *Livro-reportagem-ambiente*: Relacionado a causas ecológicas, desde críticas até a busca de conscientização acerca do tema. Exemplo: *Os Andes*, de Tony Morrison, retratando principalmente os aspectos físicos das cordilheiras sul-americanas.
- *Livro-reportagem-história*: Retrata um tema ou fato que já ocorreu, mas relacionando com algum aspecto do presente. Este tipo tem algumas modalidades, como foco na história empresarial e o *livro-reportagem-epopéia* — retratando grandes acontecimentos da humanidade. Exemplo: *Olga*, de Fernando de Moraes, um recorte da vida de Olga Benário, como a sua passagem pelo Brasil e sua extradição para a Alemanha nazista.
- *Livro-reportagem-nova consciência*: Após os anos 60, novos temas permeiam a sociedade modificada pela contracultura e aproximação com o Oriente. Este tipo de livro-reportagem explora essas novidades. Exemplo: *Murieron para vivir: el resurgimiento del Islam y El Sufismo en Espana*, de Francisco Lopes Barrios e Miguel José Haguerty.

- *Livro-reportagem-instantâneo*: Também chamado de *flash* — a contragosto de Lima, trata de um fato que acabou de acontecer e que já é possível identificar suas consequências. Exemplo: *A sangue quente: a morte do jornalista Vladimir Herzog*, de Hamilton Almeida Filho, acompanhando os fatos antes e depois da morte de Herzog.
- *Livro-reportagem-atualidade*: Acompanha temas atuais como o instantâneo, porém que ainda não se encerraram por completo. Exemplo: *Struggle for take off* de Duncan Campbell-Smith, sobre o processo de privatização de uma empresa britânica que lança uma tendência econômica.
- *Livro-reportagem-antologia*: Reportagens com algo em comum reunidas por motivações específicas, como o mesmo autor ou tema. Exemplo: *O circo do desespero*, de Audálio Dantas, reportagens da *Folha da Tarde*, *O Cruzeiro* e *Realidade* feitas por Dantas.
- *Livro-reportagem-denúncia*: Voltado para o jornalismo investigativo, como denúncias, injustiças, desmandos do governo, entre outros. Exemplo: *La verdad irrefutable sobre El crimen de Barbados*, de Júlio Lara Alonso, livro denúncia investigando a sabotagem de um voo cubano nos anos 1970.
- *Livro-reportagem-ensaio*: Neste tipo de livro, a opinião do autor está presente no decorrer da narrativa, utilizando com frequência a primeira pessoa. Exemplo: *O despertar dos mágicos: introdução ao realismo fantástico*, de Louis Pauwels e Jacques Bergier, uma reflexão sobre a história humana sob outra perspectiva.
- *Livro-reportagem-viagem*: A narrativa parte de uma viagem, junto com suas especificidades sociológicas, históricas, humanas e tantas outras que se relacionam com o local. Exemplo: *The Old Patagonian Express* de Paul Theroux, viagem de trem dos Estados Unidos até a Patagônia discutindo acerca de política, cultura e economia.

### 3.4 Livro-reportagem, Jornalismo Literário, *New Journalism*

Estes três termos possuem uma relação próxima, suas histórias se misturam e se complementam mesmo que sejam diferentes entre si. Para simplificar: o livro-reportagem é um suporte que pode ser impresso ou digital, mas também é uma modalidade jornalística; o jornalismo literário é um gênero jornalístico; e, o *New*

*Journalism* é um movimento americano na segunda metade do século XX, que aproximou escritores de ficção e jornalistas. Como já se explicou, ainda que brevemente, o livro-reportagem, parte-se agora para os dois outros conceitos.

O jornalismo literário, antes de tudo, continua sendo jornalismo. Apesar dos aspectos literários influenciarem na escrita, os aspectos elementares do jornalismo continuam presentes. A apuração, observação, ética e clareza continuam sendo preceitos a serem seguidos, mesmo em estilos mais livres. Segundo Pena (2006), o jornalismo literário abrange a potencialização dos recursos do jornalismo; vai além dos limites do acontecimento cotidiano; apresenta visão ampla da realidade; fortalece o exercício da cidadania; estabelece o rompimento com as correntes do lide (fugir da fórmula, aplicar técnicas literárias de construção da narrativa); adota alternativas como pontos de vista nunca abordados; e, assume a ideia de permanência, levando em consideração que a realidade é multifacetada. Em suma:

Significa potencializar os recursos do Jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lead, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos. No dia seguinte, o texto deve servir para algo mais do que simplesmente embulhar o peixe na feira. (PENA, 2006, p. 13).

Até este ponto, o jornalismo literário já se relaciona com o livro-reportagem, podendo ser um gênero adotado por ele, pela abordagem diferenciada, mas as semelhanças não param por aí. Dentro do próprio jornalismo literário existem subgêneros. Pena estabelece esta condição por conta das diferentes formas que o gênero é percebido no Brasil. Enquanto alguns percebem o jornalismo literário como herança da época dos folhetins do século XIX, de jornalistas que trabalhavam também como autores, como José de Alencar; outros remetem o gênero diretamente ao movimento americano *New Journalism*, tratado a seguir pela sua relação histórica com os livros-reportagem.

Não se pode falar de livro-reportagem sem mencionar o *New Journalism*, movimento que surgiu nos Estados Unidos nos anos 60, com o livro *A Sangue Frio* (1966), de Truman Capote, levando o subgênero a marcar seu lugar na história. O livro, que se tornou um clássico, conta a história do assassinato de uma família do interior americano por dois bandidos. O diferencial era a forma que a história era

contada, sem amarras com técnicas tradicionais de reportagem, o livro era uma “não ficção”, nas palavras de seu próprio autor.

O manifesto do *New Journalism* foi escrito em 1973 por outra personalidade marcante do movimento, Tom Wolfe. O autor propõe outros recursos para serem utilizados em uma matéria jornalística: a reconstrução cena a cena; os diálogos completos; a apresentação de uma cena sob diferentes pontos de vista; e, a presença de detalhes, como uma roupa, um hábito, um gesto de uma personagem; são alguns dos recursos citados por Wolfe. De longe pode parecer um romance ficcional, mas aqui a linguagem literária é utilizada para se fazer jornalismo.

A ideia básica do Novo Jornalismo americano, ainda nas palavras de Wolfe, é evitar o aborrecimento tom bege pálido dos relatórios que caracteriza a tal “imprensa objetiva”. Os repórteres devem seguir o caminho inverso e serem mais subjetivos. Não precisam ter a personagem apagada e assumir a encarnação de um chato de pensamento prosaico e escravo do manual de redação. O texto deve ter valor estético, valendo-se sempre de técnicas literárias. É possível abusar das interjeições, dos itálicos e da sucessão de pontuações. Uma exclamação, por exemplo, pode vir após uma interrogação para expressar uma pergunta incisiva. Por que não?! (PENA, 2006, p. 54).

Antes de Capote, outro autor já havia utilizado técnicas literárias na construção de sua reportagem. John Hersey elaborou *Hiroshima* (1946) de acordo com a visão de seis sobreviventes da bomba atômica. Aqui aparece um dos recursos citados por Wolfe: um fato sob um olhar diferente do habitual.

Acentuando mais sobre a relação entre os termos do título do subcapítulo e menos sobre elementos técnicos, o curioso é que muitas produções do *New Journalism* foram publicadas primeiramente em revistas ou jornais, como *Hiroshima*, na festejada revista *The New Yorker*, e foram, posteriormente, transpostas para o formato livro. Aqui fica mais evidente a relação entre livro-reportagem, jornalismo literário e o movimento americano. O livro foi o principal veículo que o jornalismo literário e o *New Journalism* utilizaram para publicarem suas obras; sendo bastante característico, no Brasil, entender também livro-reportagem como um gênero específico do jornalismo pela combinação de diversas características; as características mais amplas e menos apegadas ao jornalismo diário são comuns também aos três conceitos; o uso das técnicas do jornalismo (apuração, observação, etc.) também continuam presentes nos três conceitos, afinal é jornalismo em sua essência; e, o *New Journalism* se situa no interior do gênero jornalismo literário, mas se trata de um movimento que estabelece um gênero.

Apenas como ilustração, destacam-se aqui alguns autores e suas obras, como Tom Wolfe e *Radical Chique e o Novo Jornalismo*, Truman Capote e *A Sangue Frio*, John Hersey e *Hiroshima*, Gay Talese e *Fama e Anonimato*, e Hunter Thompson e *Hell's Angels: medo e delírio sobre duas rodas*. Ao se tratar de jornalismo literário além dos autores americanos, também é possível citar o brasileiro Joel Silveira com *A milésima segunda noite da Avenida Paulista*.

Enfim, um livro-reportagem pode ser classificado como uma obra de jornalismo literário, mas não necessariamente, podendo, por exemplo, ser uma antologia de perfis ou de crônicas, ou uma obra de jornalismo investigativo. Como visto nas classificações dos livros-reportagem, existem variadas formas de se construir um livro, utilizando as mais diferentes técnicas. De tal maneira que só comprova a riqueza de ferramentas que podem ser utilizadas pelo jornalista na produção de uma reportagem, independente de qual seja o seu suporte.

### 3.5 Por que um livro-reportagem?

Adoção monoparental e homoafetiva são temas pouco explorados especificamente em reportagens do jornalismo diário. No cotidiano, como foi observado nas reportagens lidas e brevemente analisadas no capítulo anterior, o tema adoção por famílias monoparentais e homoafetivas até são abordados, mas nunca isoladamente, sempre fazem parte de um contexto maior.

O suporte físico ainda vem como importante forma de veiculação da reportagem, mesmo com o crescimento das plataformas digitais, e dos *e-books*, o livro impresso segue vivo. Segundo Belo:

Ainda não se inventou nada mais prático que um volume encadernado. Sem falar no prazer que o leitor comum tem de folhear, segurar, sentir o objeto livro. Pode ser que a tecnologia suplante definitivamente o atual modelo um dia, mas a concepção de uma obra literária - no sentido genérico - e a palavra escrita permanecerão como dois dos maiores bens intelectuais da humanidade. (BELO, 2014, p. 59)

O livro-reportagem tem como preceito a ampliação. A proposta aqui é tratar um tema, filhos adotivos inseridos em famílias não tradicionais, com profundidade e baseado em diferentes pontos de vista e com uma gama de especialistas e

personagens, para juntos, a partir de seus depoimentos e narrativas, formam uma grande reportagem em formato de livro.

## 4 METODOLOGIA

Para a produção de qualquer reportagem é necessário levar em consideração os preceitos básicos do jornalismo. Eduardo Belo, em *Livro-Reportagem* (2014), deixa claro que o planejamento é fundamental durante a elaboração do livro. A pauta, a apuração, o texto e a edição são etapas que o livro-reportagem compartilha com o jornalismo diário, além do código de ética, com a diferença do tempo disponível para a produção da matéria e a extensão do resultado final.

Como primeiro passo para a produção, este memorial teórico serve como base que norteia a apuração da reportagem. Os relatórios, artigos, livros e reportagens utilizados auxiliam na busca de fontes e atuam como pontapé inicial da pesquisa que visa compreender melhor a realidade do tema escolhido. Aqui é preciso ressaltar quatro autores e autoras essenciais para o desenvolvimento do trabalho: Lídia Weber e Leila Paiva no campo da psicologia ao retratar a adoção; e, Eduardo Belo e Edvaldo Pereira Lima na área do jornalismo e do livro-reportagem.

As fontes personalizadas por especialistas foram contatadas a partir da necessidade de se comprovar determinados conceitos que podem estar no imaginário do senso comum ou não. Para o desenvolvimento deste livro-reportagem, foram consultadas psicólogas e uma advogada.

A presença da área de Psicologia foi importante uma vez que a pesquisa sobre o tema adoção ser produzida principalmente nesta área, em discussões sobre a desmistificação da adoção perante a filiação natural. No livro-reportagem essa visão foi explorada na fala de Renata Pauliv de Souza Casanova, psicóloga e integrante do Grupo de Apoio à Adoção Consciente (Gaaco). Já a Vara da Infância e da Juventude - responsável pela execução do sistema de adoção - representada por Tathiane França psicóloga do Núcleo Integrado de Apoio Psicossocial, buscou-se entender as etapas da adoção legal e o que acontece depois da adoção ser formalizada.

Por fim, Giana De Marco, advogada da área de família, traz o Direito para complementar as discussões relacionadas à legislação brasileira e, especificamente, em relação à adoção homoafetiva - ainda não incluída na lei, assim como o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Para facilitar a abordagem dos personagens que norteiam a reportagem com as suas histórias pessoais, foram contatados dois grupos de apoio para pais

adotivos, o Grupo de Apoio à Adoção Consciente e o Chesed — durante a pesquisa, observou-se que esses grupos são importantes para o apoio a essas novas famílias. Hália Pauliv de Souza, mãe por adoção e fundadora do Gaaco, é uma das referências quando o assunto é adoção no Brasil e uma fonte fundamental para a elaboração do trabalho. Ingrid Ewert Quagliato Mendes também é mãe por adoção e fundadora de um grupo de apoio, o Chesed. Apesar de possuírem uma história pessoal com a adoção, as fontes não são personagens, já que não se enquadram no recorte escolhido no livro-reportagem, as famílias contemporâneas. Hália e Ingrid são retratadas como especialistas, devido as suas experiências na área de adoção.

Por sua vez, a presença dos personagens é essencial para demonstrar o cotidiano de famílias diferentes da constituição tradicional, observando suas relações de afeto, gratidão e escolha. Para o livro-reportagem foram contatadas quatro famílias formadas pela adoção contemporânea, cada uma com histórias diferentes, sendo duas mães solo e dois casais homossexuais masculinos.

A primeira entrevista para o livro-reportagem foi feita com a jornalista Marleth Silva, mãe solo de Wellington e Tiago, que traz a vivência do processo burocrático da adoção e da adaptação dos filhos após a adoção. Em seguida, entrevistei Jussara do Rocio Pereira Santos e três de seus quatro filhos: Kaian, Maicon e Guilherme, Jussara também é mãe solo e possui uma história um pouco diferente, a adoção é retratada como além de um processo ou um papel que confirme a maternidade, é através do sentimento que se estabelece o laço.

A família de Toni Reis e David Harred é formada por três filhos, Alyson, Jessica e Felipe. O casal foi pioneiro na habilitação no Brasil e enfrentou um longo processo judicial para possuírem esse direito. Já Edson Korner e Fabian Artico adotaram o filho Lucas com maior facilidade, o casal encontrou o filho por meio do Projeto Encontro – reunião lúdica entre pretendentes e crianças e adolescentes com mais de oito anos.

As fontes foram encontradas através de indicações, algumas como Toni Reis e Hália Pauliv são referências conhecidas em Curitiba, e outras foram indicadas pelos próprios entrevistados, professores, colegas e amigos que conheciam o tema do trabalho e se disponibilizaram a ajudar.

As entrevistas feitas com as famílias seguiram tópicos de perguntas semelhantes como unidade estruturadora: como surgiu o desejo de formar uma família; o processo burocrático exigido; o encontro com o filho; o período da pós



adoção; e, a importância da adoção ser pauta frequente na sociedade e na mídia. Mas, se caracterizam, principalmente, como entrevistas jornalísticas, buscando nas histórias dos personagens o fio condutor e o detalhamento das situações relatadas.

Os dados disponíveis no site do Conselho Nacional de Justiça, responsável por sistematizar o Cadastro Nacional de Adoção, complementam a pesquisa e o livro, expondo a quantidade de crianças e pretendentes vinculados ao cadastro. O estudo da legislação, por outro lado, está diretamente ligado ao recorte escolhido para a produção: adoções fora do padrão, caracterizado por casais heterossexuais com problemas de fertilidade. O reconhecimento da família formada por casais homoafetivos e por mães/pais solo na lei é essencial para a segurança da adoção através do CNA.

#### 4.1 DETALHAMENTO DO PRODUTO

A proposta inicial para a produção do livro é a fluidez da reportagem, com a ligação entre especialistas e personagens, contando a história de acordo com a linha cronológica de uma adoção: a vontade de adotar; o início do processo de adoção; o encontro entre pais/mães e filhos; a formalização da adoção; e, a construção de uma família, que apesar da sua formação diferente - com dois pais, duas mães, ou uma mãe ou um pai - é unida pelo amor, pela relação saudável e afetuosa entre seus membros.

O livro-reportagem se estruturou em quatro capítulos e subsequentes subcapítulos, todos seguindo quatro histórias de adoção. A obra também conta com a breve introdução dos personagens, em *Adotados - Quem são eles e elas?*, e especialistas, em *Referências na adoção*, feitas logo no início do livro. Os capítulos do livro-reportagem são:

- **Um primeiro olhar sob a adoção:** O primeiro capítulo é como uma introdução ao tema, baseado em dados e no processo propriamente dito. São acrescentadas as leis relacionadas à adoção que complementam o panorama geral retratado no capítulo e que são tratados com profundidade nos seguintes.
- **O sonho:** O capítulo inicia a introdução das fontes contatadas na produção da reportagem, especialistas e personagens, que buscam desmistificar a ideia

da filiação adotiva ser diferente da filiação biológica. Além disso, também refletem acerca da adoção por pais ou mães solo e casais homossexuais, principalmente em relação aos papéis desempenhados por cada integrante em uma família. O capítulo mescla o sonho de ter um filho com a realidade do recorte escolhido, ao final, é inserido um depoimento de uma das personagens com a trajetória da adoção de dois de seus filhos afetivos.

- **O longo processo:** É composto por cinco subcapítulos que buscam contemplar informações relacionadas ao processo burocrático da adoção. A trajetória se inicia antes da adoção, com a chegada da criança na instituição por meio da destituição do *poder familiar* - título do primeiro subcapítulo. Segue-se para “os passos” da adoção propriamente dita, entre documentação, curso e entrevistas, etapas previstas em lei e executados na prática pela Vara da Infância e da Juventude. A adoção monoparental e por casais homoafetivos ainda é considerada minoria entre as dos casais heterossexuais, com isso, foi preciso investigar se existe alguma diferença entre essa forma de adoção e outras. *Famílias contemporâneas - Adoção monoparental e por casais homoafetivos* traz as nuances específicas do tema, como o reconhecimento do casamento homoafetivo impactar diretamente na formação familiar. *Pais e mães para uma criança* contam os estágios finais - de aproximação e convivência, pouco antes da adoção. O capítulo se encerra com uma breve explicação sobre *apadrinhamento* de crianças institucionalizadas.
- **A vida depois da adoção:** O último capítulo busca explorar os desafios e alegrias da adaptação da criança ou adolescente no novo lar. Primeiramente, são debatidos os desafios que pais e mães enfrentam juntos com a mudança em suas vidas. Logo depois, são explorados os *Testes*, *Regressões* e *Devoluções*; os dois primeiros são fenômenos que podem vir a acontecer logo após uma adoção; o último é quando a adoção não é bem-sucedida e a criança retorna para a instituição. O *preconceito* é tópico essencial na discussão dessa dupla problemática: adoção e formações familiares não-tradicionais. Por último, o livro se encerra com o sentimento que permeia toda a produção: a *gratidão*, com os agradecimentos de filhos e pais que escolhem seus filhos e são também por eles escolhidos.

Para que os leitores possam conhecer os rostos de quem formam as famílias retratadas no livro-reportagem, foram produzidas fotografias de duas famílias que possuíam disponibilidade compatível com a fotografia. As outras duas famílias foram representadas através de fotos dos seus próprios acervos pessoais. As imagens fornecidas foram escolhidas; tratadas em preto e branco; e, inseridas entre os capítulos dos livros. A escolha é justificada pelo impacto das fotografias e compatibilidade com a diagramação do livro-reportagem.

O produto é finalizado com um glossário de termos utilizados para facilitar o entendimento do leitor no decorrer do livro. Os termos presentes no glossário são: adoção tardia, apadrinhamento, Cadastro Nacional de Adoção, destituição do poder familiar, devolução, família adotiva, família de origem, instituição, habilitação e regressão. O artifício é justificado pela necessidade de informar e debater determinados termos amplamente usados sem a necessidade de interromper a linha narrativa do livro-reportagem. Como exemplo, a sugestão de substituir o termo “adoção tardia” por “adoção de crianças maiores ou adolescentes”.

## 5 CONCLUSÃO

Com base no memorial teórico e no livro-reportagem elaborado, conclui-se que a filiação é uma construção social e psíquica, muito além dos laços genéticos. A adoção também possibilita a formação de famílias que, de forma considerada natural, seria dificultada, ou seja, aquelas composições familiares, aqui chamadas de contemporâneas, construídas por casais homoafetivos ou mães e pais solo.

A imprensa aborda o tema adoção, principalmente quando novas legislações são aprovadas, mas a mídia tem o papel importante de também informar para impedir que situações danosas ocorram, como o abandono de incapaz e a devolução. Para isso é importante que o jornalismo desmistifique a adoção, contando além de histórias bonitas e com finais felizes, relatos informativos acerca do processo adotivo, que inclui da longa burocracia à realidade da adaptação da criança no novo lar.

O esclarecimento do sistema utilizado pelo Conselho Nacional de Justiça é essencial para o fim das adoções ilegais e para o reconhecimento da população da eficácia dos processos. Por outro lado, o período pós-adoção precisa ser relatado com cuidado, principalmente quando envolvem devoluções, com crianças retornando aos lares institucionais após uma desistência. A criança estar institucionalizada, independente da idade, não é uma garantia de que ela irá encontrar um lar, uma vez que o sistema lida com seres humanos que podem ou não vir a falhar perante um desafio — o que pode acontecer também em filiações naturais, e é por conta disso que as crianças são acolhidas nas instituições. Muitos que entram na fila da adoção possuem expectativas que não correspondem à realidade existente nos abrigos e lares, onde a maioria das crianças é negra ou parda e maior de cinco anos. Conhecer esta realidade é o primeiro passo para buscar soluções eficazes.

A discussão da filiação é mais do que necessária para desmistificar a adoção, pois ao compreender que o amor é uma construção psíquica e social, não algo propriamente natural, se compreende que uma filiação adotiva não difere da filiação biológica. O amor aqui é retratado como algo construído no dia a dia, na convivência e paciência, nos encontros e desencontros, nas dificuldades e facilidades da vida em comum. Ao perceber que todos os filhos são adotados pelos pais, espera-se que a sociedade olhe para a adoção com maior naturalidade e menos estigmas.

As famílias contemporâneas — constituídas por dois pais, duas mães e um pai ou uma mãe — são uma realidade da sociedade que independe da opinião daqueles que defendem a família como uma instituição exclusivamente tradicional, formada por pai, mãe e filhos. O fato das famílias contemporâneas já existirem comprovam o fato de que devem ser inseridas na sociedade, assegurando-lhes os direitos desta formação e, no caso, da adoção sem diferenciação, o que já ocorre no decorrer do processo.

A produção do memorial teórico e do livro-reportagem é um desafio para a conclusão de uma graduação, implicando em inserção em diferentes processos jornalísticos como apuração, pauta, entrevista e produção de reportagem. A pesquisa impacta também na forma particular em enxergar o tema, ampliando o conhecimento acerca dele durante a produção.

A adoção oferta múltiplas possibilidades de abordagem, algumas pouco aprofundadas no livro-reportagem, comprovando a grandiosidade do tema e a necessidade em abordá-lo em outras mídias com maior profundidade. Atenção aos temas como a entrega legal; apadrinhamento; destituição do poder familiar; novas certidões; casamento homoafetivo; devoluções; e, adoções internacionais; todos podem ser mais aprofundados em outras plataformas ou produções para que a adoção seja cada vez naturalizada.

A adoção ainda é cercada por pequenos preconceitos e mitos, mesmo que já muito retratada pela mídia jornalística ou ficcional. O tema ainda leva a um novo olhar para a filiação que precisa ser debatido. É necessária uma nova formação de pensamento mais inclusivo, realista e solidário ao retratar o amor, o direito das crianças e a filiação adotiva. Tal mudança requer tempo e trabalho jornalístico apurado, sensível ao interesse humano e que esteja engajado em contribuir além de reportagens superficiais.

Por fim, contar histórias que retratam a realidade, mesmo que difícil, do processo adotivo contribui para a sociedade e para quem produz tal material. A sensibilidade adquirida durante a produção do livro-reportagem vai além do que qualquer outra experiência poderia proporcionar. O jornalismo instrui e informa, se fazendo cada vez mais essencial na pauta das minorias ou daqueles que estão à margem da sociedade, ou melhor, do padrão instituído.

## 6 REFERÊNCIAS

ABRANTES, T. Brasil é o país mais perigoso para homossexuais, diz NYT. **Exame**, 5 julho 2016, Brasil. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-e-o-pais-mais-perigoso-para-homossexuais-diz-nyt/>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

ADOÇÃO: opiniões, dados e ações. **Em discussão**. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/contexto-da-adocao-no-brasil/adocao-opinioes-dados-e-acoas.aspx>>. Acesso em: 28 novembro 2017.

ALVES, J. E. D. CAVENAGHI, S. **Mulheres Chefes de Família no Brasil: Avanços e Desafios**. Escola Nacional de Seguros, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <[http://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32\\_1.pdf](http://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1.pdf)>. Acesso em: 29 maio 2018.

ANTONIAZZI, M. P. LEÃO, F. E. PAULI, C. G. PORTA, D. D. SIQUEIRA, A. C. Reflexões Teóricas sobre Maternidade e Adoção no Contexto da Monoparentalidade Feminina. **Pensando Famílias**, 21(2), p. 45-59, dez. 2017. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v21n2/v21n2a05.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2018.

AYRES, L. S. M. Adoção e mídia televisiva: a telenovela Amor à vida em análise. **Arq. bras. psicol**, Rio de Janeiro, vol.68, no.3, dez. 2016. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672016000300008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000300008)>. Acesso em: 29 maio 2018.

BELO, E. **Livro-reportagem**. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2013.

BRASIL. Art. 277. Constituição: República Federal.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. **Diário Oficial**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 29 maio 2018.

BRASIL. Lei Nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1 jan. 1916. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L3071.htm)>. Acesso em: 29 maio 2018.

BRASIL. Lei Nº 3.133, de 8 de maio de 1957. Atualiza o instituto da adoção prescrita no Código Civil. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 8 maio 1957. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3133.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3133.htm)>. Acesso em: 29 maio 2018.

BRASIL. Lei Nº 4.655, de 2 de junho de 1965. Dispõe sobre a legitimidade adotiva. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2 jun 1965. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l4655.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4655.htm)>. Acesso em: 29 maio 2018.

BRASIL. Lei No 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 out. 1979. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/l6697.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm)>. Acesso em: 29 maio 2018.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 29 maio 2018.

BRASIL. Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/Leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/2002/L10406compilada.htm)>. Acesso em: 16 nov. 2018.

BRASIL. Lei Nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 ago. 2009. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2)>. Acesso em: 29 maio 2018.

BRASIL. Provimento Nº 63, de 14 de novembro de 2017. Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos órgãos de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro “A” e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida. **Corregedoria Nacional de Justiça**, Brasília, 20 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3380>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

BUSIS. H. Anti-gay group protests Jennifer Lopez series. **Entertainment Weekly**, 8 out. 2012. Disponível em: <<http://www.ew.com/article/2012/10/08/abc-family-the-fosters-protest/>>. Acesso em: 29 maio 2018.

CASTILHO, L. C. de. **Adoção homoafetiva no Brasil**: uma evolução jurisprudencial. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/media/tcc/2017/05/ADOCADO-HOMOAFETIVA-NO-BRASIL.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2018.

CRUZ, D. I. **Livro-reportagem**: rejuvenescimento a partir de um novo modelo de informação. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Recife, 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2747-1.pdf>>. Acesso em: 28 novembro 2017.

Como a criança era vista e tratada desde a época medieval até o século XX?. **Portal Educação**. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/como-a-crianca-era-vista-e-tratada-desde-a-epoca-medieva-ate-o-seculo-xx/26547>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

DIA da família: Veja artistas que adotaram seus filhos. **Estadão**, Emais, 15 maio 2017. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/noticias/gente,dia-da-familia-veja-artistas-que-adotaram-seus-filhos,70001783586>>. Acesso em: 29 maio 2018.

DUTRA, E.; MAUX, A. A. B. A adoção no Brasil: algumas reflexões. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, Rio de Janeiro, p. 356-372, 2010. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a05.pdf>>. Acesso em: 28 novembro 2017.

FARIELLO, L. **Cadastro Nacional de Adoções: 1.226 adoções realizadas em 2016**. Conselho Nacional de Justiça, Agência CNJ de Notícias, 16 fevereiro 2017. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/k3sj>>. Acesso em: 28 novembro 2017.

FÉRES-CARNEIRO, T. LEVY, L. Famílias monoparentais femininas: um estudo sobre a motivação de mulheres que adotam. **Interação em Psicologia**, 6(2), p. 243-250, jul/dez 2002. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3312/2656>>. Acesso em: 29 maio 2018.

Grupo Gay da Bahia. **Mortes violentas de LGBT no Brasil - Relatório 2017**. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2018.

IMDB: GLEE. Disponível em: <[https://www.imdb.com/title/tt1327801/?ref\\_=nv\\_sr\\_1](https://www.imdb.com/title/tt1327801/?ref_=nv_sr_1)>. Acesso em: 29 maio 2018.

IMDB: Modern Family. Disponível em: <[https://www.imdb.com/title/tt1442437/?ref\\_=nv\\_sr\\_1](https://www.imdb.com/title/tt1442437/?ref_=nv_sr_1)>. Acesso em: 29 maio 2018.

IMDB: The Fosters. Disponível em: <<https://www.imdb.com/title/tt2262532/>>. Acesso em: 29 maio 2018.

LEVY, L. Famílias monoparentais adotivas: a importância de uma rede de apoio. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org). **FAMÍLIA E CASAL: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005. p. 50-57. Ebook. Disponível em: <[http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/ebook\\_familia\\_e\\_casal.pdf#page=50](http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/ebook_familia_e_casal.pdf#page=50)>. Acesso em: 29 maio 2018.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Ed. re. e atual. Barueri, SP: Manole, 2004.

NASCIMENTO, A. C. de. Frutos da castidade e da lascívia: as crianças abandonadas no Recife (1789-1832). **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(1):



280, janeiro-abril/2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n1/a05v15n1.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2018.

NERY, A. L. Bom exemplo: 12 astros de Hollywood que adotaram crianças. **UOL: Cinema e Séries**, 10 jul. 2017. Disponível em: <https://cinema.uol.com.br/noticias/redacao/2017/07/10/boa-acao-conheca-12-astros-de-hollywood-que-adotaram-criancas.htm>>. Acesso em: 29 maio 2018.

OLIVEIRA, M. Mulheres solteiras realizam sonho de formar família por meio da adoção. **G1**, São Paulo, 8 de março - dia internacional da mulher, 04 mar. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL1514274-17856,00-MULHERES+SOLTEIRAS+REALIZAM+SONHO+DE+FORMAR+FAMILIA+POR+MEIO+DA+ADOCACAO.html>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

OLIVEIRA, P. N. D. S. **Jornalismo Literário**: como o livro-reportagem transforma um fato em história. Trabalho apresentado no Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0717-1.pdf>>. Acesso em: 28 novembro 2017.

Ordem dos Psicólogos Portugueses. **Relatório de Evidência Científica Psicológica sobre Relações Familiares e Desenvolvimento Infantil nas Famílias Homoparentais**. Lisboa, 2013. Disponível em: [https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/relataorio\\_de\\_evidencia\\_cientifica\\_psicologica\\_sobre\\_as\\_relacoes\\_familiares\\_e\\_o\\_desenvolvimento\\_infantil\\_nas\\_familias.pdf](https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/relataorio_de_evidencia_cientifica_psicologica_sobre_as_relacoes_familiares_e_o_desenvolvimento_infantil_nas_familias.pdf)>. Acesso em: 29 maio 2018.

PAIVA, L. D. de. **Adoção**: significados e possibilidades. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2004. (Coleção Psicologia jurídica).

PASSO-A-PASSO da adoção. **Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/cadastro-nacional-de-adocao-cna/passo-a-passo-da-adocao>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

PEDROSA, L. ECA 25 anos: confira linha do tempo sobre os direitos de crianças e adolescentes. **EBC**, 13 julho 2015. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/07/eca-25-anos-linha-do-tempo-direitos-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

PENA, F. **Jornalismo Literário**. São Paulo, SP: Contexto, 2006.

PERET, E. [Retratos] Casamento homoafetivo: amor, visibilidade e cidadania. **Agência de Notícias IBGE**, 19 jan. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/19610-retratos-casamento-homoafetivo-uma-celebracao-de-amor-visibilidade-e-cidadania.html>>. Acesso em: 29 maio 2018.

Projeto Dindo. **Associação JusCidadania**. Disponível em: <http://www.juscidadania.org.br/projeto-dindo/>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

REIS, T. N° de adoções de crianças por estrangeiros é o menor em quase 20 anos no Brasil. **G1**, 25 fev. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/n-de-adocoes-de-criancas-por-estrangeiros-e-o-menor-em-quase-20-anos-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

RODRIGUES, T. Maternidade lésbica. **Revista AzMina**, 13 maio 2018. Disponível em: <<http://azmina.com.br/2018/05/maternidade-lesbica/>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

Sancionada lei que acelera processos de adoção. **Senado Notícias**, 24 nov. 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/11/24/sancionada-lei-que-acelera-processos-de-adocao>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

SANTOS, J. B. dos. SANTOS, M. S. da C. Família monoparental brasileira. **Rev. Jur.**, Brasília, v. 10, n. 92, p.01-30, out./2008 a jan./2009. Disponível em: <[http://adepar.com.br/arquivos/jonabiobarbosa\\_rev92.pdf](http://adepar.com.br/arquivos/jonabiobarbosa_rev92.pdf)>. Acesso em: 29 maio 2018.

Supremo reconhece união homoafetiva. **Notícias STF**, 05 maio 2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

TERRA, A. Adoção Tardia. **UOL TAB**, 24 jul. 2017. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/adocao-tardia#adocao-tardia>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

Votação do projeto que legaliza união homoafetiva é adiada. **Senado Notícias**, 05 dez. 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/05/votacao-do-projeto-que-legaliza-uniao-homoafetiva-e-adiada>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

WEBER, L. N. D. **Laços de ternura: pesquisas e histórias de adoção**. Curitiba, PR: Santa Mônica, 1998.